



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO DE
SEUS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**

CATIANA NOGUEIRA DOS SANTOS

ORIENTADOR (A): FABRÍCIA TEIXEIRA BORGES



Universidade de Brasília

BRASÍLIA

2015

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CATIANA NOGUEIRA DOS SANTOS

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO DE
SEUS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Fabrícia Teixeira Borges.

BRASÍLIA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

CATIANA NOGUEIRA DOS SANTOS

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO DE
SEUS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ____/____/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

FABRÍCIA TEIXEIRA BORGES (Orientador)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

CATIANA NOGUEIRA DOS SANTOS (Cursista)

BRASÍLIA

2015

DEDICATÓRIA

Para Maria, uma grande mulher que não podia falar como gostaria, mas que me proporcionou compreender com os olhos, os sentimentos de vida que existia em teu ser, me ensinando a compreender melhor o mundo da inclusão daqueles que não tem acesso como realmente gostaria. Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por me auxiliarem nesta nova etapa de estudos, sempre me incentivando e me mostrando que persistir é uma realização quando se deseja o melhor para si e para os outros;

Ao meu irmão José Ricardo e minha cunhada Mayara por me fazerem sentir o amor pela minha querida Sophia;

Aos amigos Rafael da Paraíba, Eduardo e Cicero Porto de São Paulo e a Damião de Carinhonha que mesmo de longe me fizeram persistir quando eu achei que não seria possível;

Ao Dé que me fez entender com sabedoria os aprendizados e que seria possível ressurgir das cinzas nos momentos mais difíceis da vida;

As amigas de caminhada Milena, Amanda, Luziane, Hidazélia e Carla que mesmo distantes me fizeram manter sempre em sintonia;

A todos os amigos que não consegui mensurar, mas que fazem parte da minha história de vida.

As amigas da vida Annaterra, Angélica, Sheila, Selma Jaqueline, Juciara, Alcilene, Silvia e Jessica Ísis que sempre se fizeram presentes nos bons e maus momentos ao longo desta caminhada.

Aos amigos do coração que sempre estiveram firmes e fortes mesmo quando decidir mudar para outros ventos.

Aos primos Gercino, Laís, Kassy e Silvana que sempre me deixaram ainda mais forte na minha base familiar.

A Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP que nunca deixaram a minha lamparina apagar e que sempre foi um espaço aberto para me acolher.

Aos grupos de Jovens JASFA e FJM que me deram o sentido de estar mais presente ao amor de Deus e a irmã Virginia Vitória, que tem cheiro de colo de Deus e que percorrendo em suas missões deixa este perfume por onde passa;

A Deus por me permitir concretizar mais um sonho e me fazer compreender os melhores caminhos a seguir.

RESUMO

Inclusão é possibilitar que pessoas que não tem acessos a seus direitos possam ser inseridas em serviços e benefícios de forma que possibilite que tanto a família quanto o portador de deficiência tenha acesso, garantindo melhoras no seu desenvolvimento. No contexto escolar, inclusão significa possibilitar que crianças com necessidades educacionais tenham direito à educação no ambiente de escola regular. Neste contexto, essa pesquisa busca compreender a relação existente entre o trabalho do centro especializado e a escola regular, tendo em vista que o foco principal é o professor da escola regular o qual será pesquisado o seu conhecimento acerca do que é inclusão, sobre como funciona um centro de atendimento especializado, quais contribuições são desenvolvidas no seu trabalho em ambiente escolar com seus alunos que são atendidos em um centro de atendimento especializado e quais direcionamentos podem ocorrer para contribuir nos avanços da educação inclusiva na sua escola. Para a realização desta pesquisa foi utilizado como instrumento um questionário, com questões abertas. O mesmo foi aplicado para quatro professoras da Escola Anita que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, e que no momento estão recebendo atendimento especializado em um Centro de Atendimento Especializado de Carinhanha. A análise dos dados foi distribuída em categorias proporcionando detalhar cada tema e como se ocorreu o desenvolvimento para as professoras. Conclui-se então que entre os professores da escola regular juntamente com o Centro de Atendimento Especializado de Carinhanha possam futuramente se desenvolver nas prioridades de aprendizagem dos alunos com deficiência e quais direcionamentos podem ocorrer para contribuir nos avanços da educação inclusiva na Escola Anita e demais escolas do município supracitado.

Palavras-Chave: Inclusão. Necessidades Educacionais Especiais. Professores, Atendimento Educacional Especializado.

SUMÁRIO

A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR SOBRE O ATENDIMENTO DE SEUS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO.

Introdução	8
1- Fundamentação Teórica.....	10
1.1- Inclusão: conceitos e definições.....	10
1.2 - Atendimento Educacional Especializado.....	12
1.3- Inclusão e aprendizagem.....	14
2- Objetivos.....	18
2.1- Geral.....	18
2.2- Específicos.....	18
3- Metodologia.....	19
3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia.....	19
3.2- Contextos da Pesquisa.....	19
3.3- Participantes.....	20
3.4- Materiais.....	21
3.5- Instrumentos de Construção de Dados.....	21
3.6- Procedimentos de Construção de Dados.....	21
3.7- Procedimentos de Análise de Dados.....	22
4- Resultados e Discussões.....	24
5- Considerações Finais.....	38
Referências.....	41
Apêndices.....	43
Anexos.....	46

INTRODUÇÃO

A inclusão possibilita a garantia de acesso dos serviços educacionais especiais aos alunos com necessidades educacionais especiais que também possuem como suporte para seu desenvolvimento na escola regular o centro de atendimento especializado que auxilia que sua aprendizagem tenha avanços dentro dos dois ambientes de educação.

O centro de atendimento especializado identifica a necessidade destes alunos e proporciona metodologias que vão ao encontro das necessidades educacionais, ajudando assim no trabalho em sala de aula do professor regente. Neste contexto, essa pesquisa busca compreender a relação existente entre o trabalho do centro especializado e a escola regular tendo em vista que o foco principal é o professor da escola regular o qual, será pesquisado o seu conhecimento acerca do que é inclusão, sobre como funciona um centro de atendimento especializado, quais contribuições são desenvolvidas no seu trabalho em ambiente escolar com seus alunos que são atendidos em um centro de atendimento especializado e quais direcionamentos podem ocorrer para contribuir nos avanços da educação inclusiva na sua escola.

Sou Catiana Nogueira dos Santos, Psicóloga e tenho experiência profissional voltada para atendimentos clínicos de crianças, adolescentes e adultos e sou Técnica de Referência para trabalhos psicossociais no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Quando iniciei o curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Social meu intuito era compreender como se realiza a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais numa escola regular e como ocorre seu processo de inclusão. Através de cada conclusão de módulo identifiquei como este outro assunto me despertou interesse principalmente quando realizei as visitas de campo nas escolas do município. Além disto, minha participação ao evento de semana pedagógica do município de Carinhanha que abordava o tema de Inclusão Social me proporcionou reflexões para o surgimento do meu tema: “A percepção de professores sobre o atendimento de seus alunos com necessidades educacionais especiais em um centro de atendimento especializado”.

A todo o momento tento exercer enquanto profissional e cidadã atitudes que beneficiem a pessoa com deficiência. E cada vez mais que aprofundo nos conhecimentos voltados para a inclusão me deparo com a triste realidade da prática e que aqui no município de Carinhanha ainda se encontra enraizado devido muitos preceitos culturais

impossibilitando para que algumas demandas desse público não seja atendida. Acredito na proposta de que temos que modificar muito a prática para que dê certo a nossa teoria.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é estudar a percepção dos professores sobre seus alunos com necessidades educacionais especiais através do centro de atendimento especializado.

No primeiro capítulo será abordado o processo de inclusão através de seus conceitos e definições e como podemos compreender este contexto numa escola regular, no segundo capítulo adentramos um pouco sobre o conceito de um centro de Atendimento Educacional Especializado, para que serve e qual o suporte oferecido a uma pessoa com deficiência na escola e quais metodologias podem ser utilizadas para fortalecer a inclusão dos alunos que utilizam este serviço oferecido e no terceiro e último capítulo buscaremos compreender como ocorre à inclusão e aprendizagem do aluno passando por toda essa perspectiva da escola regular e de um centro de atendimento educacional especializado e quais avanços na aprendizagem através da inclusão escolar dos alunos com deficiência.

1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 - Inclusão: conceitos e definições

O Estatuto da pessoa com deficiência Institui sob a lei 13.146 de 25 de Julho 2015 e define no art. 27 que a educação é um direito da pessoa e dever do estado. Para tanto, é necessário adentrar no que define o artigo.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados a sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo da vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Se consultarmos o dicionário, verificaremos que a palavra incluir significa compreender, abranger, fazer parte, pertencer, processo que pressupõe, necessariamente e antes de tudo, uma grande dose de respeito. (SARTORETTO, 2006, p.273).

A inclusão implica em uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares; planejamento, formação de turmas, currículos, avaliação, gestão do processo educativo (MANTOAN, 2006, p.207). A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista e terapêutica da Educação Especial (MANTOAN, 2006, p. 203).

Para compreender o contexto a respeito da educação inclusiva é necessário perpassar pelos princípios da mesma expressada no texto:

A concepção e os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais amplo que dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos associados aos movimentos de garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação à fundamentação, à prática pedagógica e aos aspectos do cotidiano da escola. DUTRA e GRIBOSKI (2006, p. 210).

O argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo álibi para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. (SARTORETTO, 2006, p.274)

Para Mantoan (2006, p. 206) “Nosso desafio maior é auxiliar os pais de criança com deficiência a necessidade de inclusão em que são excluídas de escolas comuns. É necessário que eles compreendam que precisam garantir que o direito a educação seja cumprido”.

“Temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza e direito a diferença quando a igualdade nos descaracteriza!” (SANTOS 1999 apud MANTOAN, 2006, p. 204). Assim sendo, os direitos asseguram aos portadores de especialidades e por isso é preciso cuidar do diferente com diferença. Nesse discurso, vê-se que os espaços de educação nem sempre estão preparados para receber portadores de especialidades o que acaba distanciando da proposta educacional para especiais. Outro autor vai discutir da seguinte maneira:

As escolas regulares acabam realizando falsas soluções quando se trata dos desafios à inclusão tanto na escola regular quanto no atendimento especializado, pois acabam distanciando e fragmentando tanto a estrutura quanto a rotina e dificuldades em materiais necessários para utilização. MANTOAN (2006, p. 206)

Segundo Sartoretto (2006), para que esta preparação aconteça é necessário que as autoridades responsáveis pela implementação das políticas educacionais comecem a executar – las dentro das escolas regulares proporcionando o desafio de acolher as diferenças.

Beyer (2006, p. 277), em sua pesquisa analisou o conceito de educação inclusiva com integração escolar e percebeu que, historicamente passou por algumas mudanças as duas formas conceituais e que podemos compreender que dentro deste processo houve uma evolução conceitual. Na educação inclusiva percebe-se que é uma forma inflexível em que a criança com deficiência participe do aprendizado que a maioria tem, tendo que se comportar em um ambiente em que não está adequada. Enquanto na integração escolar já

propõe que crianças com deficiência em decorrência de sua necessidade especial obtenham algumas adaptações pessoais para que tenham o suporte necessário no ambiente escolar.

Inclusão é possibilitar que pessoas que não tem acessos a seus direitos possam ser inseridas em serviços e benefícios de forma que possibilite que tanto a família quanto a pessoa com deficiência tenham acesso, garantindo melhoras no seu desenvolvimento. No contexto escolar, inclusão significa possibilitar que crianças com necessidades educacionais tenham direito a educação no ambiente de escola regular. As escolas ainda acabam sendo a porta de entrada para que tais inclusões mesmo que distorcidas sobre sua definição conceitual permita que este aluno possa buscar neste ambiente toda adaptação necessária para seu desenvolvimento pessoal para que este ocorra conforme a necessidade especial de cada aluno. Para Beyer, (2006, p. 278) “Nessa linha de pensamento, penso que devemos discordar da definição de inclusão que provoca a desconsideração das diferenças entre as crianças, obrigando-as, por meio de um currículo inflexível ou hegemônico, a comportarem-se e a aprenderem conforme a maioria o faz”.

Mas continuar buscando propostas de acessibilidade e garantia de direitos para que todas as crianças possam ter como porta de entrada uma escola que as aceite independente da sua deficiência e que procurem ajudar, mesmo não sabendo tudo sobre o aluno, mas que consiga dentro deste processo de inclusão escolar desconstruir a definição de inclusão e que assim possa ressignificar as metodologias de ensino que integrem os alunos que precisam se desenvolver para estarem aptos a conseguirem ser independentes socialmente seja em qualquer momento de sua vida.

1.2 - O Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial destinado aos alunos com deficiências física, sensorial e mental, tendo em vista criar condições favoráveis de acesso aos conteúdos escolares e ao conhecimento em geral. (ARGENTA; SÁ, 2010, p. 34).

Em 1973, o MEC foi responsável pela referência da educação especial no Brasil criando o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP que tinha como proposta ações educacionais integrativas voltadas para pessoas com superdotação, porém ainda se mantinha de forma isolada e assistencialista enquanto na Constituição Federal de 1988, no Artigo 208

Inciso III, estabelece que: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (p.34).” caracterizando que este aluno pode estar na escola ou classe especial substitutiva para que seja efetive sua inclusão.

No Brasil a Declaração de Salamanca tornou-se referência para o desenvolvimento de uma nova proposta de modelo de sistema educacional especializado. Inicialmente este trabalho foi desenvolvido por instituições filantrópicas que criaram salas especiais e posteriormente foi adaptado para algumas escolas da rede pública. Mesmo assim, com todo processo de inclusão ainda aconteciam atendimentos separados dos demais alunos.

Já nas leis anteriores nos faz perceber que a inclusão já ocorria, mas não totalmente inclusiva. Para tanto, é imprescindível analisar o que nos diz o decreto a seguir:

O Decreto nº3. 298 de 20 de dezembro de 1999 Artigo 24 ° 1- Entende-se um processo educacional definido de uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais. (MAZZOTA, 1998 apud DIRETRIZES NACIONAIS, 2001).

Em 2003 que a política educacional brasileira investiu na garantia dos direitos e educação de qualidade para todos. Conforme Dutra e Santos (2015, p.4) neste período o Brasil amplia sua discussão baseando-se na convenção sobre os direitos da Pessoa com deficiência – CDPD/ONU 2006. Homologou essa convenção e com base nos seus fundamentos começou a investir em oferta de atendimento educacional especializado nas escolas regulares, cursos de formação para docentes da área, organização dos serviços e recursos.

Com o objetivo de transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que fortalecem os espaços de discussão e de formação dos profissionais da educação, tendo como foco os referenciais legais, políticos e pedagógicos que fundamentem a educação inclusiva. (DUTRA; SANTOS, 2015, p.4)

Atualmente as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica proporcionou que a resolução CNE/CEB 2/2001 viesse para ajustar a educação inclusiva com um novo olhar para o sistema de ensino para que se possa atender a todos os alunos nas suas diversidades não como um problema, mas como um aluno de possa contribuir junto com os demais através da maneira integrada entre pais, professores e alunos.

Com as mudanças necessárias sobre a educação especial a resolução 04/2009, efetuou algumas complementações ao processo de inclusão em seu Art. 4º especificando que os públicos-alvo do AEE são:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Vale ressaltar que, mesmo com a resolução 04/2009 implantada foi necessário se complementar aspecto que enfatizasse a importância do desenvolvimento da pessoa com deficiência através da:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traçou seus objetivos tendo em vista reafirmar esse novo lugar da Educação Especial nos sistemas de ensino. Nesse sentido, ela é incisiva e esclarecedora, destacando seu mote de contribuir para a transformação das relações com as diferenças, cultivadas na escola e fora dela, relações estas que são imprescindíveis para que o ensino comum reconheça a necessidade de refazer suas práticas e de reconstruir-se sob os princípios e valores da inclusão. Dentre as novidades lançadas pela Política destaca-se o Atendimento Educacional Especializado AEE, (MANTOAN, 2010, p.14).

Para Mantoan (2006, p.25) o processo inclusivo é visto da seguinte forma:

O sentido dúbio da educação especializada, acentuado pela impressão dos textos legais, que fundamentam nossos planos e propostas educacionais, tem acrescentado a essa situação outros sérios problemas de exclusão sustentados por um entendimento equivocado dessa modalidade de ensino. De fato, ainda é difícil distinguir a Educação Especial tradicionalmente conhecida e praticada, da sua nova concepção: o atendimento educacional especializado.

Os textos mencionados relata a proposta pedagógica que garanta a inclusão e não que seja confusa ao ponto de excluir o aluno. Outros autores reforçam a política de inclusão e contribuem com a seguinte ideia:

E o atendimento educacional especializado tem por escopo garantir aos alunos com deficiências especiais a possibilidade de aprenderem o que é diferente do ensino comum e desenvolver aquelas habilidades que eles necessitam para poderem ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. (SARTORETTO, 2006, p.274)

Bock e Rios (2010, p.28) reconhecem que a matrícula do aluno com deficiência na escola comum necessite dos serviços da educação especial, não para trocar o ensino formal, muito menos confundir com as práticas terapêuticas ou de apoio escolar.

Além disso, o AEE não deve ser confundido com aulas de reforço pedagógico para o ensino de conteúdo escolar. (ARGENTA; SÁ, 2010, p. 34).

A forma pela qual cada aluno terá acesso, ao currículo distingue-se pela singularidade. O cego, por exemplo, por meio do sistema Braille; o surdo, por meio da língua de sinais e da língua portuguesa; o paralisado cerebral, por meio da informática, entre outras técnicas. (BRASIL, 2015).

Além disso, Bock e Rios (2010, p.30) identificam como fundamental para o desenvolvimento do aluno que se tenha uma equipe multiprofissional em que entre os integrantes tenha profissionais da área clínica como fonoaudiólogo, neurologista, psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, ortopedista. E na área da educação, profissionais do ensino do AEE, conta-se também com a participação fundamental da pessoa portadora de deficiência e seus familiares.

Vejamos a seguir o que os dois autores ainda discute sobre a questão em que continuam a defender que:

O AEE deve ser oferecido dentro da escola comum, nas salas de recursos multifuncionais, para que o aluno com deficiência seja acompanhado e instrumentalizado na sua caminhada escolar, proporcionando a ele acesso ao saber, em igualdade de condições dos colegas sem deficiência e que sejam partícipes da construção de seus saberes. Bock e Rios (2010, p.28)

O professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos

alunos, provendo recursos, meios, equipamentos, linguagens e conhecimentos que os apoiam no acesso e participação no ensino comum (MANTOAN, 2010,p.14). “Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas.” (SEESP/ MEC 2008 APUD MANTOAN, 2010, p.14). Quando o aluno chega ao AEE uma das primeiras ações dos profissionais é estabelecer vínculo, tanto com o aluno, quanto com a família dele, a qual é imprescindível para a consolidação do trabalho (BOCK; RIOS, 2010, p.29).

1.3- Inclusão e Aprendizagem

Aprendizagem é o processo pelo qual uma atividade tem origem ou modificada pela reação a uma situação encontrada, desde que as características da mudança de atividades não possam ser explicadas por tendência inatas de respostas, maturação ou estados temporários do organismo (HILGARD, 1966, p. 3 apud TUNES; TACCA; MARTINEZ, 2006, p.113)

Dentro do processo de inclusão, a aprendizagem é muito mais do que aguardar respostas para alguma atividade, é possibilitar que o aluno que possui deficiência consiga ser incluso ao um ambiente escolar regular para conseguir aprender a se desenvolver em sua vida pessoal, social e escolar. Para tanto, é válido salientar que:

Pensar a quantidade de formas de aprendizagem atuais nos exige atender as diversidades e as individualidades pessoais no contexto da sociedade. Essas são compostas por referenciais sobre competências e habilidades, formas de construção do conhecimento, uso de tecnologias, multiculturalidade e demais teorias e referenciais que privilegiam ou tenham como enfoque o indivíduo e seu desenvolvimento integral. (Amaral e Barros 2007, p.1).

A escola constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e que é permeado por conflitos, problemas e diferenças (MAHONEY, 2002 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p.25). Na instituição escolar são produzidos diferentes tipos de aprendizagem escolar. No entanto é frequente encontrar a expressão aprendizagem escolar sendo utilizada para caracterizar, de forma global, a aprendizagem que se dá na escola, como se fosse tipo único ou homogêneo (TUNES; TACCA; MARTINEZ, 2006, p.118).

Os fatores aqui destacados são base para a aprendizagem e além deles é necessário também considerar os componentes da idéia de aprendizagem: o que o aluno necessita conhecer e ser capaz de o estilo de aprender, as preferências e as tendências individualizadas, as atividades organizadas para aumentar a competência das pessoas em aprender (AMARAL; BARROS, 2007, p.12).

Podemos reconhecer que na escola também se dão aprendizagens de fatos e condutas, social, aprendizagem verbal e conceitual e aprendizagem de procedimentos, ou seja, muitas e diversas formas de aprendizagem (TUNES; TACCA; MARTINEZ, 2006, p.118).

A consideração da aprendizagem escolar como uma função do sujeito psicológico, exercida a partir das suas configurações subjetivas “formadas nas relações sociais, no percurso de sua história de vida” (TUNES; TACCA; MARTINEZ, 2006, p.122) e das características da situação social em que está inserido, apresenta mais uma vez formas de compreender a aprendizagem escolar que denotam sua complexidade e diversidade. “É nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela”. (REGO, 2003 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p.25).

Para Dessen e Polonia (2007, p.36) “A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social”. Nos elementos da tecnologia e no que mudou para os estilos de aprendizagem para tanto destacamos os fatores que compõem e que influenciam a aprendizagem humana, o físico, o cognitivo, o afetivo, o ambiente sociocultural. (AMARAL; BARROS, 2007, p.5). Atualmente, quando se trata da perspectiva inclusiva na área educacional, geralmente, se mostra restrita à inserção de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) em turmas regulares de ensino (SANTANA, 2010, p.1).

Quando o processo de construção de conhecimento de um professor não é eficaz, o aluno também acaba não produzindo o que não foi apresentado nas atividades ao seu alcance para ser estimulado. Para que este professor se desenvolva, ele necessita de subsídios que o torne capaz de acreditar em seu potencial, que muitas vezes pode ser realizado em uma prática diferenciada afim de, melhorar o desempenho de seus alunos, ou através de alguma

intervenção no Projeto Político Pedagógico e nos compartilhamentos de suas experiências nas reuniões pedagógicas. Este professor deve buscar novas alternativas, socializar o aluno com o mundo em que vive trazer novas propostas que despertem interesse em outros professores, ser criativo, interagir com os alunos, pais, sociedade, organização escolar para que as atividades se desenvolvam de forma integrada. No que se refere à neutralidade das estratégias escolar, possibilita compreender que:

A escola, como não se sente responsável pelo problema, não revê seus princípios, e nem suas práticas. Conseqüentemente, não realiza avaliação diferenciada e, conseqüentemente, não planeja estratégias pedagógicas que viabilizem e respeitem o estilo e as condições de aprendizagem do educando. (POKER, 2007, p.178)

Já o aluno, por sua vez, vem cheio de conhecimentos do seu ambiente social, que nem sempre é igual ao que ele vivencia dentro da instituição. Em alguns casos, o aluno não compreende não se sentindo estimulado pelo seu professor. Os métodos de ensino são tradicionais e engessados não possibilitando outras experiências para os alunos e isso se torna cansativo e desgastante para a compreensão. Outro aspecto a ser ressaltado é que, a partir do paradigma da educação inclusiva, a educação especial assume também o alunado que apresenta Dificuldades de Aprendizagem, além de atuar com os alunos com deficiência. É importante destacar no desenvolvimento do aluno que:

A aprendizagem, como construção do conhecimento, pressupõe entendê-la tanto como produto, quanto como processo. Assim, não importa apenas a quantidade de conteúdo, mas a capacidade de pensar, interagir, aquilo que é capaz de fazer, para interpretar, compreender. A qualidade do conhecimento liga-se à possibilidade de continuar aprendendo. Assim, quando o aluno aprende, não se pode levar em conta apenas o conteúdo do conhecimento, mas também como se organiza e atua para aprender. (ROSS, 2006, p.208)

Neste contexto, podemos avaliar os aspectos cotidianos entre a inclusão e a aprendizagem no âmbito escolar sempre tendo como auxílio de entrada para a inclusão os pais e professores. Sabe-se que o desenvolvimento de um aluno engloba as relações com os professores, os pais e funcionários e que se não estiverem buscando alternativas em prol do aprendizado, o aluno não irá se desenvolver. O ensinar e o aprender tornam-se aquele

conjunto que alavanca o processo de compreensão e apropriação, de descoberta e de contextualização. Ao fazer-se como ponte, como mediação, o ensino desconstitui-se como transmissão externa do professor aos alunos (ROSS, 2006, p.208). Assim, podemos trabalhar de forma linear para uma inclusão sucessiva dentro das escolas regulares pautada no conhecimento da metodologia adequada e das leis e diretrizes que garantam a presença da pessoa com deficiência nas escolas.

2 – OBJETIVOS

2.1 - Geral

- Estudar a percepção que os (as) professores (as), de uma escola da rede pública de Carinhanha, possuem sobre o atendimento que seus alunos com necessidades educacionais especiais recebem em um Centro de Atendimento Especializado.

2.2- Específicos

- Identificar a percepção sobre inclusão dos professores que atendem alunos com necessidades educacionais especiais na escola pesquisada;
- Verificar a percepção que os professores da escola pesquisada possuem sobre o que é um atendimento educacional especializado;
- Identificar a visão que os professores da escola pesquisada possuem sobre o trabalho realizado, os fatores facilitadores para seus alunos com necessidades educacionais especiais e o que auxilia no processo de ensino e aprendizagem através do Centro de Atendimento Especializado;

3 - METODOLOGIA

3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

Para construir uma pesquisa que se embase as especificidades do tema são necessárias utilizar algumas metodologias que comprovem a sua efetivação:

Dessa forma, a pesquisa compreende algumas das atividades desenvolvidas durante a vida acadêmica, a qual requer do aluno-pesquisador algumas habilidades necessárias ao pleno desenvolvimento de suas funções, tais como, planejamento, conhecimento e adequação às normas científicas (AZEVEDO, 1998, p1).

Dela faz parte à obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo (NEVES, 1996, p.1). O questionário, segundo Gil (1999, p.128 apud CHAER, DINIZ E RIBEIRO, 2011, p.260), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”.

A busca pelo conhecimento é uma trajetória que nos leva a possíveis descobertas que, por vezes, podem ser desconcertantes por nos tirar da nossa zona de conforto e nos apresentar a realidades e situações antes desconhecidas (MACIEL; SILVA, 2010, p.9)

A característica da pesquisa qualitativa se produz pelo método de:

Pesquisa empírico-teórica – visa também à pesquisa teórica, mas embasada na investigação do contexto de realidade onde o fenômeno possa ser observado e estudado. A inter-relação entre teoria e prática se constrói no processo de pesquisa, uma referendando e norteando a outra. Esse processo objetiva compreender as situações contextuais que estão imbricadas na possível resposta à questão de pesquisa. (MACIEL; SILVA, 2010, p.31)

Assim, pensar em construção de conhecimentos científicos, é pensar conhecimento sobre o sujeito que se coloca que dialoga que se implica em algo que quer conhecer, que se expõe ou não e que tem uma capacidade de representação (MACIEL; SILVA, 2010, p. 13).

3.2 - Contextos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola pertencente à rede pública municipal de Carinhanha - BA, que neste trabalho será chamada de Escola Anita. A escola foi escolhida por atender alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam um Centro de Atendimento Especializado e atende alunos do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental I tendo como demanda atender alunos seja ele da cidade ou do campo, mas a sua prioridade é os alunos matriculados do campo.

A escola Anita possui em seu espaço físico uma sala de planejamento, uma sala para a diretoria, seis salas de aula, dois banheiros, uma cozinha, um pátio para lanche e recreação e duas áreas isoladas ao lado com plantas. Possui 19 funcionários, sendo estes: merendeiras, ajudante de serviços gerais, diretora, coordenadora, professoras e um quadro de 242 alunos matriculados.

Realiza suas atividades em dois turnos: no período matutino atende 102 crianças e no período vespertino atende 121 crianças, inseridos em uma sala de aula com 25 alunos para um professor.

3.3 - Participantes

Os participantes deste trabalho foram professores que trabalham na escola Anita e que possuem alunos com Necessidades Educacionais Especiais que já foram ou estão em atendimento no Centro Educacional Especializado.

A visita foi realizada com a Diretora da escola juntamente com a Carta de Apresentação informando sobre a importância da coleta de dados com suas respectivas professoras. Além disso, foram identificados desde o início quais seriam as que poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e que se enquadrava no critério desta pesquisa.

Houve uma demora na aplicação do questionário devido eventos planejados no calendário escolar, posteriormente quando realizamos nova visita houve uma resistência

por parte das professoras escolhidas devido terem outros pesquisadores também apresentando suas propostas de pesquisa na escola.

Aguardamos que todas pudessem responder os questionários já planejados pelos pesquisadores que já estavam atuando na escola e realizei a aplicação do questionário em nova data. Quatro professoras consentiram e uma professora se recusou a participar da pesquisa, porém todas estão cientes que as informações obtidas serão somente utilizadas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

3.4 - Materiais

Os materiais usados para a realização desta pesquisa monográfica foram:

- 01 computador;
- 01 impressora;
- Tinta para impressão
- 34 folhas de papel;
- Caneta;

3.5 - Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização desta pesquisa monográfica foi utilizado como instrumento um questionário, com questões abertas. O mesmo foi aplicado para quatro professoras da Escola Anita que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, e que no momento estão recebendo atendimento especializado em um Centro de Atendimento Especializado de Carinhanha. Após apresentação do Tema da Pesquisa e explicação sobre o questionário a ser aplicado, as professoras assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) em seguida responderam ao questionário apresentado para análise dos dados nesta pesquisa.

3.6 - Procedimentos de Construção de Dados

Devido ter um trabalho realizado em parceria com a escola Anita, acabei me identificando com a possibilidade de ajudar os alunos com Necessidades Educacionais Especiais, a escola é um espaço em que o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) com atividades como aula de dança infantil, aula de Capoeira, aula de Zumba para as mães dos alunos como forma de aproximar a comunidade do convívio nos espaços escolar.

Foi realizado no dia 13 de outubro de 2015 a primeira visita a Escola Anita para conversa com a Diretora sobre a proposta de pesquisa com as professoras presentes na instituição, em seguida apresentei a Carta de Apresentação da Instituição, expliquei um pouco sobre o tema a ser desenvolvido e falei sobre a necessidade de aplicar o questionário em quatro professoras que atendem alunos com necessidades educacionais especiais, e que no momento estão recebendo atendimento em um Centro de Atendimento Especializado de Carinhonha.

Como a escola estava em sequência no seu calendário escolar ficou agendado para que eu retornasse a escola no dia 28 de outubro para conversar com as professoras escolhidas para participar da pesquisa. Neste dia consegui dialogar com todas, porém pela demanda de pesquisadores que compareceram na escola algumas ficaram receosas em responder mais um questionário voltado para o mesmo assunto que era sobre inclusão escolar.

Após um momento de conversa e explicação sobre o meu tema, concordaram em responder no dia 3 de novembro de 2015, Somente uma professora se recusou, sendo assim tendo que reavaliar a quantidade de pessoas para concluir a pesquisa. Alguns professores já me conheciam devido o meu trabalho ser no CRAS e a escola ser uma parceira em desenvolvimento de atividades com a instituição, facilitando a proximidade para o andamento desta pesquisa.

Inicialmente realizamos a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para que todas compreendessem o sigilo das imagens preservadas na pesquisa e da contribuição para o avanço nas pesquisas científicas, em seguida foi apresentado o questionário e explicando cada subitem apresentado a ser respondido.

3.7 - Procedimentos de Análise de Dados

Os dados que serão utilizados na pesquisa serão analisados conforme as categorias que foram apresentadas no questionário do professor. Com base nas respostas identificaremos quais as compreensões dos professores em relação à inclusão, atendimento educacional especializado e os processos de desenvolvimento na aprendizagem dentro do contexto do objetivo geral e específico.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise do Questionário ao Professor

Para compreender os resultados apresentados nos questionários foram divididas as respostas por categoria e em seguida a distribuição da análise dos resultados. Após leitura dos questionários buscou-se identificar qual a compreensão das informações apresentadas no questionário, se as perguntas ficaram objetivas ao contexto das respostas apresentadas, se todas as questões foram respondidas ou se houve objeção a alguma questão em específico.

Na identificação dos professores nota-se que possuem muito tempo de carreira com média de 23 anos de atuação para duas professoras: Sandra* e Simone*, 22 anos para Nice* e 14 anos para Bela*. (nomes fictícios serão utilizados nos profissionais entrevistados por questões éticas de sigilo). Entre a Graduação as professoras: Sandra, Simone e Nice possuem formação em Pedagogia e a professora Bela possui formação em Letras e Pós em Ensino da Arte.

Ao ser questionada a data da última formação realizada as professoras Bela e Simone informaram no ano de 2015, Sandra em 2013 e Nice informou não ter formação em educação inclusiva. E sobre o tempo de trabalho com a educação inclusiva Nice não informou o tempo trabalhado, Bela e Sandra já atuam a 7 meses e a professora Simone (alegou não ter trabalhado com a educação inclusiva. Sobre o tempo de trabalho na escola atual Bela com 7 meses e Simone com 2 anos sendo recentes e Nice 8 anos e Sandra 7

anos já estão há mais tempo na escola atuante. As professoras entrevistadas trabalham com turmas de educação infantil e fundamental I, com base na análise destes dados proporcionou a identificação da característica de cada professor na Escola Anita.

A seguir analisaremos as questões respondidas em cada categoria proporcionando uma avaliação mais criteriosa para atingir o objetivo dessa pesquisa.

a. Categoria: Inclusão

A categoria foi composta por quatro questões que proporcionasse que as professoras pesquisadas informassem qual a sua percepção sobre inclusão desde a definição até formação sobre o assunto conforme apresentação na tabela abaixo:

GRUPO DE QUESTIONÁRIOS 1

1. O que você entende por inclusão?

Simone: "A inclusão está ligada a todas as pessoas que não tem as mesmas oportunidades dentro da sociedade, mas os excluídos socialmente são também os que não possuem condições financeiras dentro dos padrões impostos pela sociedade, além dos idosos, os negros e os portadores de deficiência física, como cadeirante, def. visuais, auditivos e mentais."

Sandra: "É uma forma de fazer com que a criança possa vivenciar seu dia a dia como qualquer ser humano, ou seja, interagir ao meio social em que vive."

Nice: "Eu entendo como um conjunto de meios e ações que combatem as exclusões nos benefícios de vida em sociedade provocada pela classe social, educação, idade, deficiência, sexualidade, religiosa ou preconceitos raciais."

Bela: "Inclusão é o ato de conviver com as diferenças e respeitar, pois é no respeito que está a base dessa convivência, de inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes."

**2. Você conhece as diretrizes que regulamentam a educação inclusiva? ()sim
()não**

Simone: "Não. Não tive esta curiosidade e a necessidade."

Sandra: "Sim. Para os meus alunos os benefícios são pouco, pois, tenho 2 alunos: um autista e outro com múltipla deficiência e 19 alunos para ser alfabetizados e sou sozinha na sala de aula nessa busca de ensino- aprendizagem; e a Constituição Brasileira, artigo LDB/ Lei, decreto com a resolução é bem clara dos direitos da inclusão."

Nice: "Sim. Aprimorar a forma de compreender como devemos agir na sala de aula, aumentar nossos conhecimentos vinculados ao prazer de viver e aprender."

Bela: "Sim. De modo geral as leis buscaram garantir e efetivar o direito a educação de alunos com necessidades especiais. Infelizmente na escola que atuo tais diretrizes não surtiram muito efeito, falta apoio de outros regimentos como apoio pedagógico, também para atender as crianças."

3. Você já participou de formação sobre a educação inclusiva oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Carinhanha?

Simone: "Sim."

Sandra: "Sim."

Nice: "Não."

Bela: "Sim."

Simone: "Só palestra. Faz um bom tempo. Data: 28/01/15 – Inclusão Social, um caminho para o exercício da cidadania, Ministrante: Almeralice Cruz. Superintendente da Ed. Inclusiva do norte de MG."

Sandra: "Várias formações oferecidas pela orientadora Suely Belém. Também fiz um curso de libras pelo SENAC oferecido pela Prefeitura de Carinhanha."

Nice: "Ainda não, temos reuniões, palestras e até falas voltadas para a inclusão e muitas cobranças."

Bela: "Sim. Participei de um curso de formação oferecido pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) realizado no dia 2-10-15."

Os dados acima indicam que as professoras possuem uma percepção acerca do que é Inclusão e principalmente como acesso ao ensino como garantia de direitos através dos decretos e leis que informam a importância da pessoa com deficiência estarem presente no ensino regular.

As diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (2001) são estudos relativos a educação especial em que busca abranger as questões sobre a necessidade e sua incidência na educação e proporcionou identificar o que é através da Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional que podemos destacar : Art.4º, III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2015).

Através da lei apresentada podemos perceber que na Escola Anita o acesso é garantido, que os alunos se enquadram, já as professoras contestam em suas falas que esta implementação não é muito efetiva, uma das professoras até informa que não teve “curiosidade” de conhecer as diretrizes e que isso só ocorreria quando tivesse a necessidade.

No critério de formação oferecida pelo município, todas afirmam que o município incentiva a prática e se apropriam da necessidade e importância da realização de capacitações, palestras e também das formações que são desenvolvidas por um centro de atendimento educacional especializado. Mas o que podemos chamar atenção para este questionário é a avaliação da professora Nice que em seu discurso informou a quantidade de alunos que possui em uma classe regular apontou suas dificuldades em realizar seu trabalho devido à ausência de suporte. Para ela em sua percepção, a formação vai muito

mais além do que palestras e capacitações e perpassa para o campo de formação, especificamente na área de graduação e especialização. Para Mantoan (2010, p.13):

É até certo ponto compreensível a resistência das escolas à inclusão plena e incondicional, dada a nossa inexperiência com as diferenças, que nos faz reduzi-las a identidades fixadas: alunos com deficiência mental, alunos em situação de risco social, alunos da periferia, com altas habilidades e outros.

A escola percebe que tem demanda, insere o aluno para a inclusão escolar, mas não efetiva totalmente a garantia dos direitos na estrutura física, materiais didáticos, suporte tecnológico e de profissionais especializados, dificultando assim que o aluno consiga realmente atingir o seu objetivo de ensino proposto que é desenvolver seu aprendizado de forma complementar ao ensino regular, porém se constata que o centro de Atendimento Educacional Especializado (AEE) não interno e sim em outro espaço físico determinado pela Secretaria de Educação do Município. Sendo assim, nos fazem refletir sobre as práticas pedagógicas a estes alunos:

Desta maneira, pretendemos proporcionar uma reflexão sobre as práticas voltadas para a pessoa com deficiência física adotadas no AEE. Para isso, torna-se imprescindível considerar-se ter como primeira atitude o respeito à diversidade que se apresenta no contexto da escola comum, no qual "o outro" (que também somos nós) é um sujeito de iguais direitos. E, nessa constatação das diferenças, que possamos fortalecer a experiência da alteridade em cada um de nós, leitores, escritores, enfim, sujeitos da educação. (BOCK; RIOS 2010, p.27)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva constitui uma grande força alavancada pela educação brasileira, em favor da inclusão. (MANTOAN, 2010, p.13). Não podemos, contudo, negar que o nosso tempo é o tempo das diferenças e que a globalização tem sido, mais do que uniformizadora, pluralizante, contestando as antigas identidades essencializadas (MANTOAN, 2006, p. 203).

Alguns autores defende que a escola já conduz historicamente a sua missão, mas que é necessário ultrapassar estas barreiras tradicionais e avaliar que:

A primeira evidência que surge desse tipo de análise, desse modo de ver a escola, é o fato de que a escola não esgota sua tarefa na mera transmissão de informações. Sua missão vai muito além. Mais do que nunca, torna-se clara a necessidade de uma educação voltada para os valores humanos, uma educação que permita a transformação da sociedade, uma escola que acredite nas diferentes possibilidades e nos diferentes caminhos que cada um traça para a sua aprendizagem, que possibilite a convivência e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões. (SARTORETTO 2006, p.273)

Beyer, (2006, p.280) em sua avaliação sobre o processo de integração escolar identifica que o desafio é instalar e por em prática na escola uma pedagogia diferenciada, de modo que atenda a todos os alunos sem nenhuma distinção, porém, que atenda as necessidades pessoais e as limitações que cada aluno possui. Enquanto isso, outros autores destacam que:

Sabemos que o processo de transformação da escola comum é lento e exige uma ruptura com os modelos pedagógicos vigentes. Sabemos também que em muitas escolas especiais os alunos lutam para aprender a mesma coisa que as escolas comuns tentam lhes ensinar, por tempo indefinido e indeterminado, sem que esses conhecimentos lhes possibilitem construir habilidades e competências para a vida. (MANTOAN, 2006, p.273)

Os autores Mantoan (2006), Beyer (2006) e Sartoretto (2006) em seus embasamentos teóricos reforçam diante desta pesquisa a importância da inclusão escolar. Assim como as professoras que responderam ao questionário avaliam o processo de integração escolar no local em que atuam contestam a falta de uma estrutura pedagógica que conheça as diretrizes básicas da educação especial, mas na prática não desenvolvem por falta de uma estrutura pedagógica que perpassasse as barreiras de desenvolver no ambiente escolar uma pedagogia diferenciada.

b. Categoria: Atendimento Especializado

A categoria foi composta por três questões que proporcionasse as professoras pesquisadas informarem qual a percepção sobre o atendimento especializado e o que elas

compreendem sobre o trabalho realizado por estas instituições , conforme apresentação na tabela abaixo:

GRUPO DE QUESTIONÁRIOS 2

1- Na sua visão o que é atendimento Educacional Especializado?

Simone: "Tem como apoio a inclusão escolar de alunos com deficiência e como forma de assegurar direitos. Por muitos anos as pessoas com deficiência eram discriminadas pela sociedade após muitos anos, lutas e reivindicações a interação tornou-se uma prática. Hoje vivenciamos uma nova realidade."

Sandra: "É uma educação que se faz de forma diferenciada com especialistas das áreas no intuito de elevar o conhecimento da criança portadora de alguma deficiência."

Nice: "O Atendimento Educacional Especializado é definido pelo decreto que todos os estudante com deficiência transtornos globais, do desenvolvimento e altas habilidades deve ser oferecidos o ensino e um conjunto de atividades e recursos complementares a todos pela rede regular de ensino."

Bela: "É um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e especializados e de acessibilidade, que busca somar as barreiras para a participação dos alunos considerando suas necessidades específicas."

2- Na sua cidade possui centro de atendimento Educacional especializado?

()sim ()não

Simone: "Sim."

Sandra: "Sim."

Nice: "Sim. "

Bela: "Sim."

3- Caso exista o Centro de Atendimento Educacional Especializado qual a ajuda que ele oferece para o trabalho ser desenvolvido com seus alunos de NEE (Necessidades Educacionais Especiais)?

Simone: "Não com meus alunos no momento não. Não trabalho com crianças com necessidades educacionais Especiais."

Sandra: "Ele tem ajudado os alunos com atividades diferenciais; atendidos com profissionais da área em atendimento feito em alguns dias da semana no horário oposto das aulas."

Nice: "CAEE é uma equipe que está especializando em Educação Inclusiva, até promoveu uma oficina com palestra. Atende vários alunos, mas a demanda é grande no nosso município e a carência de matérias, espaço físico e especialista na área. E a constituição federal Brasileira nos assegura de todos nossos direitos."

Bela: "Em Carinhanha existe o CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado). Lá eles buscam realizar um trabalho de reabilitação social e atendimento psicológico dos alunos com necessidades especiais."

Os dados acima proporcionam inicialmente avaliar qual a percepção das professoras sobre o centro de atendimento especializado educacional e diante das respostas identifica que o município possui um AEE direcionado para as escolas e que as professoras tem acesso a esta informação dentro do seu ambiente de trabalho reconhecendo e se apropriando do que se constitui este local.

Enquanto ao suporte para os trabalhos serem desenvolvidos com alunos as professoras compreendem, mas não de forma tão ampla quais as atividades prestadas pelo serviço de AEE (Atendimento Educacional Especializado), todas tem conhecimento de que é um local para atender as demandas dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, mas ao avaliarmos o questionário podemos identificar que cada professora destacou apenas uma informação, não contextualizando a informação completa do que é, para que serve, quem atende e o que garante o acesso a este serviço.

É importante dar destaque para a fala da professora Simone que não se apropria de

ter em sua prática pedagógica um aluno com NEE, sendo que, um dos critérios para participação desta pesquisa era que tivesse aluno que participasse do acompanhamento com um Centro de Atendimento Educacional Especializado. E isso reforça o quanto é necessário repassar para todas quais deficiências que os alunos se enquadram para realizar estas atividades propostas.

Desta forma podemos enfatizar que: O atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial destinado aos alunos com deficiências física, sensorial e mental, tendo em vista criar condições favoráveis de acesso aos conteúdos escolares e ao conhecimento em geral (ARGENTA; SÁ, 2010, p.34). Outro aspecto a ser ressaltado é que, a partir do paradigma da educação inclusiva, a educação especial assume também o alunado que apresenta Dificuldades de Aprendizagem, além de atuar com os alunos com deficiência (POKER, 2007, p.176).

O foco na eliminação das barreiras admite modificações ou ajustes necessários ao pleno acesso que, dessa forma, não acarretem ônus indevido e possibilitem às pessoas com deficiência o exercício do direito à educação em igualdade de oportunidades. (DUTRA; SANTOS, 2015, p.8). O AEE constitui um vetor importante de transformação do ensino especial e comum exigida pela inclusão, por abordar as diferenças sem apelo às generalizações que as essencializam e que redundam em fórmulas prontas de atendimento especializado. Assim reforça outro autor sobre a necessidade do planejamento para o funcionamento de um AEE:

Um bom plano de AEE tem a participação da equipe escolar. Envolver os interessados e diretamente relacionados com os alunos que serão atendidos e os que já estão em atendimento educacional especializado é mais uma atribuição do professor de AEE. Há os que têm naturalmente a capacidade de trazer as pessoas para a roda de discussão e outros que precisam se esforçar mais, pois é imprescindível a reunião do maior número de informações, opiniões, sugestões sobre os alunos. A colaboração sistemática dessa equipe no atendimento especializado "mexe" com os seus membros e é uma oportunidade ímpar que cada um deles tem de rever atitudes, valores, comportamentos que são comuns em suas relações com as diferenças e que mantém o caráter excludente da sua organização pedagógica da escola. Quando os professores comuns encaminham seus alunos (para os quais não se acham preparados para ensinar) aos colegas da Educação Especial, eles entendem que esses alunos diferem dos demais colegas da turma. (MANTOAN, 2010 p.14-15).

O planejamento das ações deve ser flexível e deixar claro para o aluno, seus familiares e profissionais do ensino regular, em que consiste o trabalho e como as ações serão desenvolvidas (ARGENTA; SÁ, 2010, p.37). Eles trazem informações que são fundamentais, como por exemplo, a história de vida, os profissionais que estão envolvidos na habilitação ou reabilitação desta pessoa, os tipos de atendimento ou tratamento que este aluno fez ou está fazendo, entre outros. (BOCK; RIOS, 2010, p.30). Para Argenta e Sá (2010, p.37) é necessário complementar que no planejamento:

Trata-se de definir o que deve ser feito em relação ao educando, à escola e à família. Neste planejamento, é necessário ter clareza em relação aos possíveis parceiros envolvidos e, sobretudo, compreender qual é o papel e a função de cada um dos profissionais que atuam neste processo junto ao aluno e aos seus responsáveis.

A partir das características do aluno e da análise do contexto escolar e familiar, torna-se possível definir e organizar as diversas dimensões do atendimento educacional especializado de acordo com a faixa etária e o nível de escolaridade (ARGENTA; SÁ, 2010, p.37). Quando devidamente interpretado e oferecido nas escolas comuns, esse Atendimento pode provocar as tão esperadas mudanças no ensino comum para que possa atender às exigências de uma educação para todos (MANTOAN, 2010, p.12).

A oferta do atendimento educacional especializado preferencialmente na escola comum é obrigatória (BOCK; RIOS, 2010, p.31). Este atendimento constitui uma alternativa disponível no âmbito do sistema escolar, sendo considerado um direito a ser usufruído pelo aluno que dele necessita e não uma imposição ou condição obrigatória para o acesso e a permanência destes alunos na escola (ARGENTA; SÁ, 2010, p.34).

É preciso ressaltar que a construção de uma escola inclusiva é uma tarefa árdua e que depende do empenho de todos os profissionais que nela atuam, de constantes avaliações acerca das ações efetuadas, da reflexão sobre as concepções de ensino, de aprendizagem e do potencial humano (BOCK ; RIOS 2010, p.28):

Alguns profissionais percebem-se como atores deste processo, sabem da sua importância na vida educacional de seus alunos e na construção da política da escola inclusiva. Para Mantoan é importante destacar que no AEE deve se identificar que:

O professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos alunos, provendo recursos, meios, equipamentos, linguagens e conhecimentos que os apoiam no acesso e participação no ensino comum. Seu trabalho vai além do ensino de técnicas, códigos, manuseio, treino de uso dos recursos que dão suporte à escolarização dos alunos nas turmas comuns e não visam à aprendizagem de conteúdos das áreas curriculares. Trata-se de um professor especializado nesse tipo de atendimento, mas que não se confunde com o especialista no sentido usual do termo, porque ele é, antes de tudo, um professor, cujo entendimento da Educação Especial na perspectiva inclusiva, permite que ele integre sua especialidade ao ensino comum, sem desfigurá-la. (MANTOAN 2010, p.14)

Contundo a relação entre os dois professores o da escola regular e o professor do atendimento especializado deve ser linear e satisfatório para a contribuição do desenvolvimento do aluno. Com base nas respostas apresentadas pelas professoras da Escola Anita nota-se a ausência deste professor especializado como intermediador responsável pela comunicação com o professor da escola regular.

c. Categoria: Ensino e Aprendizagem

A categoria foi composta por quatro questões que proporcionasse as professoras informarem se consideram que o atendimento no Centro de Atendimento Especializado auxilia no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos com necessidades educacionais especiais., dados apresentados na tabela abaixo:

GRUPO DE QUESTIONÁRIOS 3

1. Quais as dificuldades enquanto professor (a) você encontra para desenvolver atividades diferenciadas para o desenvolvimento de alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais)

Simone: "Não."

Sandra: "Geralmente são a falta de outros para materiais didáticos e outros para confeccionar objetos para as aulas diferenciadas e o espaço físico."

Nice: "Todas possíveis, como falta de espaço físico nas escolas, falta de materiais e professores com formação na área de inclusão, para que possamos desenvolver melhor nosso trabalho."

Bela: "As maiores dificuldades são relacionadas ao apoio pedagógico que é bastante precário."

2. Qual o suporte físico e material da escola em que você atua para o desenvolvimento dos alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) em sala de aula?

Simone: "Eu tenho um mês que estou trabalhando com uma criança no horário oposto ele tem dificuldade de aprendizagem. Não tenho nenhum suporte para este aluno ele não tem NEE."

Sandra: "Por enquanto esta deixando a desejar... Enquanto isso, vamos trabalhando com TV, DVD, jogos, bolas, entre outros."

Nice: "A escola não disponibiliza de materiais, espaço físico e humano. Nós professores planejamos de acordo com os materiais que temos em mão ou produzimos."

Bela: "Não existe."

3. Como ele te ajuda no desenvolvimento das atividades que desenvolve com os alunos do NEE?

Simone: "Não."

Sandra: "É sempre bom porque nos ajuda a fazer um trabalho em grupo desenvolver a coordenação motora e o principal que é propor a socialização, hábitos saudáveis e a relação interpessoal."

Nice: "Não temos materiais adequados, mas desenvolvemos as atividades de acordo as limitações dos nossos alunos."

Bela: "Como não existe material didático ou pedagógico oferecido pela escola buscamos por meio de pesquisas e trocas de experiências realizar um trabalho satisfatório com os alunos com necessidades especiais."

4- No planejamento realizado na escola há trocas de experiências entre os professores e profissionais sobre as práticas de ensino com os alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais)? Como é feita esta troca?

Simone: "Tenho colegas que trabalham, mas não há trocas de experiências, um mês atrás vi duas professoras do CAEE visitando algumas salas no horário da aula, mas foi por pouco tempo."

Sandra: "Por enquanto nós não estamos tendo esse acompanhamento, mas sempre que possível é feito um encontro com os profissionais do CAEE no qual há sempre troca de sugestões que sempre são bem vindas."

Nice: "Há algumas trocas de sugestões e experiências que adquirimos a partir do ensino-aprendizagem desses alunos na sala de aula."

Bela: "Durante o planejamento os professores trocam experiências de suas vivências com seus alunos com necessidades especiais para que dessa forma passássemos ajudar umas as outras com o trabalho pedagógico na sala de aula."

Os Dados acima proporcionam avaliar a percepção das professoras entrevistadas em relação ao suporte para seus alunos para desenvolver melhor o seu trabalho no ambiente escolar.

As maiores dificuldades apresentadas pelas professoras são pela falta de materiais didáticos, apoio pedagógico, falta de espaço físico e professores especializados na educação inclusiva. Podemos destacar como mais detalhado todas essas informações na resposta da professora Nice que atua em sala de aula com dois alunos especiais: um autista e um de múltiplas deficiências. Assim como ela sente dificuldade em desenvolver melhor seus alunos também consegue perceber que o pouco que faz ainda não é o suficiente para garantir totalmente a educação inclusiva de seus alunos. Avaliando este contexto

Amaral e Barros (2007, p. 1) enfatizam que:

Pensar a quantidade de formas de aprendizagem atuais nos exige atender as diversidades e as individualidades pessoais no contexto da sociedade. Essas são compostas por referenciais sobre competências e habilidades, formas de construção do conhecimento, uso de tecnologias, multiculturalidade e demais teorias e referenciais que privilegiam ou tenham como enfoque o indivíduo e seu desenvolvimento integral.

Ou seja, é necessário pensar na construção de conhecimento de forma que, a professora não se sinta isolada das possibilidades e auxílios que são necessários para complementar seu trabalho. Se for necessário o uso de tecnologias que seja levado para discussão em reuniões pedagógicas e juntamente com o Centro de Atendimento Educacional Especializado.

Em avaliação as respostas sobre os suportes que a escola oferece demos destaque a professora Simone que alega estar a um mês trabalhando com um aluno com dificuldade de aprendizagem para ela, este aluno não possui Necessidades Educativas Especiais. Entre algumas questões apresentadas a mesma não conseguiu se posicionar diante das respostas por não identificar que este aluno ao qual atualmente trabalha se enquadra as necessidades de um aluno para um AEE. Ribeiro; Mieto e Silva (2010, p. 189) apresentam que com frequência são atribuídas às crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem o rótulo de deficientes intelectuais, sem, ao menos, serem considerados os problemas estruturais existentes no próprio contexto escolar:

Aplicando essas reflexões ao contexto das escolas inclusivas, onde muitas crianças e jovens apresentam ‘dificuldades de aprendizagem’, lembramos que esses alunos quando voltam à sala de aula, ou quando a frequentam pela primeira vez, eles já têm toda uma experiência de vida e da língua, tanto oral quanto escrita, que deve ser considerada como fundamental para que eles possam ser motivados a continuar a aprender. (MACIEL 2010, p.109).

Suas palavras vão de encontro ao que outros autores identificam ao processo de medicalização para os alunos:

Atualmente, a tendência prescritiva e de rotulagem advinda da necessidade de se oferecer um diagnóstico com base no coeficiente de inteligência ainda insiste em

prevalecer sobre as contingências sociais e econômicas às quais interferem significativamente sobre o processo de avaliação. A questão do fracasso escolar, por vezes, acaba condenando diversas crianças a carregarem o rótulo de deficientes intelectuais circunstanciais, isto é, aqueles que representam um desafio à competência escolar e que não conseguem alcançar as metas culturais ditadas pelo modelo elitista, urbano e pós-industrial de nossas instituições acadêmicas. (RIBEIRO; MIETO E SILVA 2010, p.191).

As escolas juntamente com seus professores não admitem que o fracasso escolar também possa ser advindo de suas atividades que não foram desenvolvidas com sucesso proporcionando que o aluno não consiga progredir devido à dificuldade de aprendizagem e imediatamente o rotulando como forma de repassar para alguma deficiência a culpabilização do seu próprio fracasso, algumas reflexões são que:

O fato de o modelo da escola tradicional não refletir sobre a importância da reestruturação dos meios mediacionais no espaço escolar – apoiando-se em concepções biologizantes e tendo apenas a figura do professor como o centro do processo educativo – pode contribuir para o desencadeamento dos processos de exclusão/segregação do aluno. Isso porque as concepções voltadas para a naturalização do fenômeno do fracasso escolar tendem a reforçar as incapacidades do sujeito considerado “diferente/deficiente” em detrimento de suas potencialidades, as quais poderiam estar sendo desenvolvidas por meio de propostas criativas – e, portanto, não tradicionais de intervenção pedagógicas. (SILVA, RIBEIRO e MIETO 2010, p.198 -199).

Isso vem ao encontro às respostas das professoras sobre as trocas de experiências realizadas no ambiente escolar, considerando que a avaliação ocorre dentro das reuniões pedagógicas, mas que a presença dos funcionários do CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) é um pouco ausente para o fortalecimento deste trabalho. Aprendemos muitas coisas no curso de nossas vidas. Algumas dessas aprendizagens decorrem da nossa relação direta com os objetos e com os acontecimentos de que participamos; outras decorrem da intenção de outro ser que, efetivamente, se propõe a nos ensinar. (TUNES; TACCA; MARTINEZ, 2006, p.119).

É importante que se aconteçam as trocas de experiências, que a presença de funcionários do Centro de Atendimento Educacional Especializado se faça presente na escola além de estimular as capacitações com palestras para os professores, a busca pelo desenvolvimento do aluno vai, além disso, se faz com a prática diária do professor da

escola regular com o professor do AEE.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões analisadas em relação à inclusão, o Centro de Atendimento Especializado e a inclusão e aprendizagem para os professores proporcionou avaliar minuciosamente cada aspecto de que cada realidade em que convive diariamente as educadoras no seu ambiente escolar. Também foi possível identificar que há uma controvérsia em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem no contexto escolar, pois tanto a professora Simone quanto a escola não identifica de forma mais clara qual a especificidade do aluno para tal necessidade de acompanhamento no AEE.

Foi preciso avaliar por categoria cada bloco de questões que as professoras entrevistadas apresentaram para se perceber que mesmo com o embasamento teórico de autores como Mantoan, Poker, Maciel e entre tantos outros que pesquisam os temas trabalhados na elaboração desta monografia, ainda a muito que se progredir na inclusão escolar no município de Carinhanha. A garantia de que todos os alunos se encontrem matriculados na escola regular já vem sendo efetivado constantemente, mas a falta de subsídios para que eles avancem no seu aprendizado escolar ainda tem que ser fortalecido.

Houve a possibilidade de avaliar que as professoras possuem uma percepção acerca do que é Inclusão e principalmente do acesso ao ensino como garantia de direitos através dos decretos e leis que informam a importância da pessoa com deficiência estarem presente no ensino regular. No critério de formação oferecida pelo município, todas afirmaram que o município incentiva a prática e se apropriam da necessidade e importância da realização de capacitações, palestras e também das formações que são desenvolvidas por um centro de atendimento educacional especializado.

Assim como as professoras que responderam ao questionário avaliam o processo de integração escolar no local em que atuam contestam a falta de uma estrutura pedagógica que conheça as diretrizes básicas da educação especial, mas na prática não desenvolvem por falta de uma estrutura pedagógica que perpassasse as barreiras de desenvolver no ambiente escolar uma pedagogia diferenciada.

Enquanto ao suporte para os trabalhos serem desenvolvidos com alunos as professoras compreendem, mas não de forma tão ampla quais as atividades prestadas pelo

serviço de AEE (Atendimento Educacional Especializado), todas tem conhecimento de que é um local para atender as demandas dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, mas ao avaliarmos o questionário podemos identificar que cada professora destacou apenas uma informação, não contextualizando a informação completa do que é, para que serve quem atende e o que garante o acesso a este serviço. Contudo a relação entre os dois professores o da escola regular e o professor do atendimento especializado deve ser linear e satisfatório para a contribuição do desenvolvimento do aluno. Com base nas respostas apresentadas pelas professoras da Escola Anita nota-se a ausência deste professor especializado como intermediador responsável pela comunicação com o professor da escola regular.

As maiores dificuldades apresentadas pelas professoras são pela falta de materiais didáticos, apoio pedagógico, falta de espaço físico e professores especializados na educação inclusiva. Ou seja, é necessário pensar na construção de conhecimento de forma que, a professora não se sinta isolada das possibilidades e auxílios que são necessários para complementar seu trabalho. Se for necessário o uso de tecnologias que seja levado para discussão em reuniões pedagógicas e juntamente com o Centro de Atendimento Educacional Especializado. É importante que se aconteça as trocas de experiências, que a presença de funcionários do Centro de Atendimento Educacional Especializado se faça presente na escola além de estimular as capacitações com palestras para os professores, a busca pelo desenvolvimento desses alunos vai, além disso, com a prática diária do professor da escola regular com o professor do AEE.

As escolas juntamente com seus professores não admitem que o fracasso escolar também possa ser advindo de suas atividades que não foram desenvolvidas com sucesso proporcionando que o aluno não consiga progredir devido à dificuldade de aprendizagem e imediatamente o rotulando como forma de repassar a deficiência e assim, transferindo a culpabilização do seu próprio fracasso.

Conclui-se então que entre os professores da escola regular juntamente com o Centro de Atendimento Especializado de Carinhanha possam futuramente se desenvolverem nas prioridades de aprendizagem do alunos com deficiência e quais direcionamentos podem ocorrer para contribuir nos avanços da educação inclusiva na Escola Anita e demais escolas do município de Carinhanha.

Este campo de pesquisa ainda pode continuar contribuindo para futuras pesquisas talvez com uma proposta de avaliar o contexto de trabalho realizado desse Centro de Atendimento Especializado com as escolas e quais subsídios tem oferecido para estes professores enquanto conhecimento prático ou um projeto piloto na escola com uma implantação de classe escolar de atendimento educacional especializado na própria escola afim de, atender as demandas que mais necessitam e contando com a presença de professores especializados para auxiliar nas atividades escolares no seu dia a dia.

Por fim, é perceptível analisar que mesmo a escola atendendo a demanda de inclusão escolar e tendo no município um centro de atendimento educacional especializado as professoras que atuam com alunos que se fazem presentes nas atividades realizadas no horário oposto ainda se encontram longe de quebrarmos a barreira de que a inclusão escolar foi de fato inserida no ambiente escolar no município de Carinhanha.

REFERÊNCIAS

ARGENTA, A.; SÁ, E. D.; Atendimento Educacional Especializado de alunos cegos e com baixa visão. In: Inclusão: Revista Educação, Brasília, v.5, n.1, p. 32-39, 2010.

AMARAL, S. F.; BARROS, D. M. V.; Estilos de Aprendizagem no contexto educativo de uso das tecnologias digitais interativas. v. 1, n. 12, p.1-32 , 2007. Disponível em: http://lantec.fae.unicamp.br/lantec/portugues/tvdi_portugues/daniela. Acessado em: 20/10/15.

AZEVEDO, I. B.; O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos. 6 ed. Piracicaba: UNIMEP, 1998. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisa-cientifica-interesses-motivacoes.htm> Acessado em: 20/10/15.

BEYER, H. O.; Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. In: Ensaios pedagógicos. Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC/SEE, 2006. p. 277 -280.

BÖCK, G. L. K.; RIOS, G. M. S. ; Atendimento Educacional Especializado para deficiência física In: Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v.5, n.1, p. 26-31, 2010.

BRASIL. Lei 13.146, de 25 de Julho 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, 2015.

BRASIL. Resolução 04/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Brasil. 07 de Janeiro de 2008 - POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007

.BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988

CHAER,G.;DINIZ,R.R.P.;RIBEIRO,E.A.; A técnica do questionário na pesquisa educacional. In:Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. In: Paidéia, Brasília, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DUTRA; C. P.; GRIBOSKI, C.M.; In: Ensaios pedagógicos. Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC/SEE, 2006 p. 209- 215.

DUTRA, C. P.; SANTOS M. C. D.; O direito de todos à educação: avanços na política de educação inclusiva. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

MACIEL,D.A.;SILVA,G.J.; Metodologia de pesquisa: a construção do projeto de pesquisa. In: Texto adaptado a partir do original para o módulo de Metodologia de Pesquisa do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural /EEDH/Outubro de 2014.

MANTOAN, M. T. E.; Inclusão Escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: Ensaios pedagógicos. Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC/SEE, 2006. p. 203 -208.

MANTOAN, M. T. E. ; O atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. In: Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v.5, n.1, p. 12-15, 2010.

NEVES, J.L.; Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. In: Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1- 5, 1996.

POKER, R. B.; Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva In: APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação, Vitória da Conquista Ano V, n. 9 p. 169-180, 2007.

RIBEIRO, J. C. C.; MIETO, G.; SILVA, D. N. H.; A produção do fracasso escolar In: [et al.]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília-DF, Editora UnB, 2010. P. 189 – 204.

ROSS, P. R.; Aprendizagem e conhecimento: fundamentos para as práticas inclusivas In: PERSPECTIVA, Florianópolis. v. 24, n. Especial, p. 273-299, 2006.

SANTANA, R.S.; “Aprender a formular perguntas”: Desafio de todos os envolvidos no processo de ensino e Aprendizagem do número, uma perspectiva inclusiva. In: 33ª Reunião anual da ANPEd, Caxambu. 2010.

SARTORETTO, M. L. M.; Inclusão: teoria e prática. In: Ensaio pedagógicos. Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC/SEE, 2006, p. 274 -276.

TUNES, E.; TACCA, M. C. V. R.; MARTINEZ, M. A.; Uma Crítica às teorias clássicas da aprendizagem e á sua expressão no campo educativo. In: Linhas Críticas, Brasília, v.12; n.22, p. 109 -130 jan./jun. 2006.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário – Professor (Modelo)

QUESTIONÁRIO PROFESSOR

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO DE SEUS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Catiana Nogueira dos Santos

Identificação

1 - Nome: _____

2 – Graduação:

Data da última formação realizada:

3 – Tempo de trabalho na Educação: _____

4 - Tempo de trabalho com Educação Inclusiva: _____

5 - Há quanto tempo trabalha na escola?

6 - Com qual turma você atua ?

a) Inclusão

1- O que você entende inclusão?

2- Você conhece as diretrizes que regulamentam a educação inclusiva na escola?

() Sim () Não

Se sim, quais os benefícios que elas trazem para seu trabalho?

Se não, porque ainda não conhece?

3 - Você já participou de formação sobre educação inclusiva oferecida pela Secretária Municipal de Educação de Carinhanha?

() Sim () Não

4 - Cite quais e quando fez:

b) Atendimento Especializado

1- Na sua visão o que é Atendimento Educacional Especializado?

2- Na sua cidade possui centro de Atendimento Educacional Especializado?

() Sim () Não

3 - Caso exista o Centro de Atendimento Educacional Especializado qual a ajuda que ele oferece para o trabalho ser desenvolvido com seus alunos de NEE(Necessidades Educacionais Especiais)?

c) Ensino e Aprendizagem

1 – Quais as dificuldades enquanto professor (a) você encontra para desenvolver atividades diferenciadas para o desenvolvimento de alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais)?

2 – Qual o suporte físico e material da escola em que você atua para o desenvolvimento dos alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) em sala de aula?

3. Como ele te ajuda no desenvolvimento das atividades que desenvolve com os alunos do NEE?

4 – No planejamento realizado na escola há trocas de experiências entre os professores e profissionais sobre as práticas de ensino para os alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais)? Como é feita esta troca?

ANEXOS

Anexo A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: Dona Carmen - Carinhonha

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) Eurídice Sena de Oliveira

Instituição: Escola Municipalizada Lindaura Brito de Assunção

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) Catiana Nogueira dos Santos que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador (a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Carinhanha, 13/10/2015

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^ª Dr^ª Diva Albuquerque Maciel.**

Anexo B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO DE SEUS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino. A coleta de dados será realizada por meio de questionário e observação.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionário, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone **(77) 998290533** ou no endereço eletrônico **catianansantos@hotmail.com**. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.
Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

Email(opcional)_____

ANEXO C - ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde -
PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

A Sra. Eurídice Sena de Oliveira, da Escola Municipalizada Lindaura Brito de Assunção está de acordo com a realização da pesquisa A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO DE SEUS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO de responsabilidade da pesquisadora, Catiana Nogueira dos Santos, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Professora Doutora/Mestre Fabrícia Teixeira Borges.

O estudo envolve a realização de aplicação de questionário e observação do atendimento na Escola Municipalizada Lindaura Brito de Assunção com professoras(es) que possui alunos com necessidades educacionais especiais que fazem acompanhamento no centro de atendimento especializado . A pesquisa terá a duração de dois dias com previsão de início em 13/10/2015 e término em 14/10/2015.

Eu, Eurídice Sena de Oliveira, Diretora, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Carinhanha, 13/10/2015.

Nome da responsável pela instituição

Assinatura e carimbo da responsável pela instituição